

O Valor Patrimonial do OURO do British Museum: 13420 mil milhões ou 2000 anos?

“This gold ornament featuring the head of a lion is over 2,000 years old. Discovered in Central Asia, this plaque is part of the Oxus treasure – the most important collection of gold and silver to have survived from the Achaemenid period (550–330 BC)” (British Museum, 2017)

Em 20out2017, no diálogo da Oficina Žylëch com o British Museum a propósito de um **objeto de ouro** do Tesouro de Oxus (550–330 a.C.), abordou-se a questão do *Valor Patrimonial*. O diálogo voltou a reencontrar o *Debate* entre Dan Sperber (“a memória que permanece”), Philippe Descola (“a memória perdida ao fim de quatro gerações”), e Pedro Manuel-Cardoso (“a Estrutura da Relevância e do Valor Patrimonial codificada no hipocampo”). Nos termos que transcrevo adiante:

[....]

1. Porém... Não é verdade que o ouro foi originado pela energia proveniente da colisão de estrelas de neutrões, ocorrida inicialmente entre 13800 e 13420 mil milhões de anos? Assim sendo, o **valor patrimonial de um objeto de ouro** também não é esse? Por também servir para estabelecer o *itinerário Físico* da formação do planeta «Terra»? Portanto, um *valor patrimonial* paradoxalmente muito para além do tempo-espaco atual, mas que é (em parte) responsável pelo *valor estético, político, religioso, ou económico* escolhido no *Presente*? Um *valor patrimonial* feito de uma escolha que permite ao Ser que a faz compreender-se melhor?

2. Se a atual *Teoria Física* que estabelece essa origem do ouro estiver certa, então, a ligação afectiva e emocional aos materiais constituintes do Planeta, os quais também fazem parte da constituição molecular e bioquímica dos Seres Humanos que o habitam, será uma conexão profunda com a própria existência da Vida e dos Seres Humanos.

3. Em 2008, no trabalho de investigação em Patrimologia/Museologia, descobrimos uma «*Estrutura da Relevância*» codificada no cérebro (provavelmente no hipocampo), independente quer do arbítrio individual quer dos contextos sociais (ideológicos ou históricos). A qual orienta *a priori* a escolha de «*aquilo que é Relevante*». Logo, de «*aquilo que terá mais probabilidade de ser classificado como Património*» [para recorrer a uma formulação mais próxima de T. Bayes: $P(A/B) = P(B/A) \times P(A)/P(B)$].

4. Esta escolha do British Museum não será mais uma prova dessa ligação profunda? Um contributo dos museus e do Património que tem sido muitas vezes menosprezado?

[....]

5. Em 2010 escrevemos:

5.1. “(....) A descoberta da “*Estrutura da Relevância*” ou “*Estrutura do Valor Patrimonial*” em 2008 permite perceber que existe uma «*estrutura de codificação do que é Património*» com estabilidade mnésica. E independente quer do arbítrio individual quer dos contextos sociais (ideológicos ou históricos). Uma codificação que não é a única a nível do comportamento social humano. Aliás, o que especifica o ser humano em relação às outras espécies é, mais do que qualquer outra capacidade, a maior competência para «*pôr a realidade em código*». Quase todos, senão a totalidade dos comportamentos humanos em sociedade, estão submetidos a uma codificação. Desde as posturas gestuais, à expressão das emoções básicas, à linguagem em geral, até aos códigos culturais particulares. Portanto, existir uma codificação a nível do Património, e dos valores patrimoniais – do que se deve transmitir de vital ou pertinente para as gerações seguintes – não é um caso para estranhar. Estranho seria não existir esta codificação também no domínio do Património.

5.2. É a existência desta codificação intermédia – que se interpõe entre o «indivíduo» e a «sociedade» – que evita a perda «do que é crucial e do que tem *valor patrimonial*». E os preserva da instabilidade provocada pelos efeitos da diversidade social ou da alteridade individual. Uma instabilidade que Philippe Descola chamou a atenção no seu estudo sobre os Índios Jivaros da Amazônia: *"Poucos Achuar conhecem o nome de seus bisavôs/bisavós, e essa memória da tribo, que ronda no máximo quatro gerações, será engolida periodicamente na confusão ou no esquecimento. As inimizades ou as alianças que herdaram dos seus pais apagam as mais antigas que os seus bisavôs/bisavós tinham estabelecido, porque nenhum dos memorialistas se dá ao trabalho de rememerar os altos feitos realizados há decénios por aqueles cujo nome já não evoca nada a ninguém no presente. Para além dos rios e espaços fugazes em renovação permanente, não há lugar a outra qualquer enunciação. Os locais de habitação são transitórios, raramente ocuparam mais de quinze anos antes de desaparecerem novamente sob a floresta conquistadora, e mesmo a recordação de uma clareira desvanece com a morte de quem a tinha desmatado."* (Descola, 1993, p.83).

5.3. Mas Dan Sperber contrapõe. Afirmando que, apesar dessa instabilidade, há simultaneamente nessa mesma sociedade uma outra transmissão mais estável e durável: *"Todavia, mesmo entre esses Jivaros, por exemplo, determinadas representações, mitos e saberes-fazer permanecem relativamente estáveis através de múltiplas transmissões e, podem, mesmo com alguma variação, ser partilhadas por todo um grupo social durante séculos."* (Sperber, 2006, p.81). Reclamando que, mesmo nas «sociedades sem escrita», onde somente os indivíduos que participavam nas cerimónias públicas (*"représentations publiques"*) recebiam as mensagens dos outros indivíduos, não havendo outro modo de obter a transmissão ou de pôr em rede a memória do passado, mesmo nessas sociedades, existia a necessidade dessa transmissão mais estável e durável: *"A estabilização de uma memória coletiva a longo prazo continua a ser, nestas circunstâncias, uma espécie de proeza colectiva pelo que é ingénuo acreditar que em todas as sociedades a tradição por transmissão oral se faz do mesmo modo e no mesmo grau"* (Sperber, 2006,

p.81). Sperber reclama a existência dessa transmissão mais estável e durável, e mostra exemplos dela. Chegando mesmo a chamar ‘Cultura’ a essa parte mais estável da transmissão das memórias por uma sociedade: “*As representações que são transmitidas de geração para geração, ou distribuídas por uma população inteira, são esta parte relativamente estável da memória distribuída a que chamamos Cultura.*” (Sperber, 2006, p.81).

5.4. Mas até ao momento da descoberta da “*Estrutura do Valor Patrimonial*” esta transmissão mais durável era um fenómeno apenas difuso e genérico. A “*Estrutura do Valor Patrimonial*” introduz um facto novo nesse estado-da-arte. Mostra uma estrutura de codificação que organiza e dá estabilidade a algumas dessas memórias que se transmitem a médio e longo prazo. Essas memórias que Sperber afirmava existirem paralelamente àquelas que se perdiam pelo esquecimento, e que Philippe Descola chamava a atenção, deixam de ser apenas uma soma de exemplos dispersos. Com a da “*Estrutura do Valor Patrimonial*” a pertinência e a seleção convergem para uma estrutura que se mantém estável e independente.

5.5. Com a descoberta da “*Estrutura do Valor Patrimonial*” ficámos a saber que a famosa “*memória coletiva*” de Maurice Halbwachs não é, nem exclusivamente *social* (como defendiam Durkheim, Mauss, ou o funcionalismo de Malinowski, e por aí adiante até ao *sociologismo* em museologia), nem exclusivamente *individual* (como defendiam o estruturalismo de Lévi-Strauss, ou o geneticismo de N. Chomsky, e por aí adiante até à *bio-museologia*). Entre a ditadura do “*facto social total*” e a ditadura das “*regras inconscientes*” (que tornavam o indivíduo num mero bricolador, não podendo escapar ao destino de mero permutador ou comutador dessas instruções genéticas), surge uma terceira realidade. Uma fenomenologia construída pela acção do indivíduo, que influencia e manipula aquelas duas ditaduras, e que aumenta de poder à medida que a sua cognição se complexifica. Uma *estrutura de codificação do que é patrimonial*, capaz de organizar e dar estabilidade aos *valores patrimoniais* escolhidos pelo indivíduo, e funcionando por transmissão e por

aprendizagem até obter um automatismo suficientemente independente, quer da materialidade do que é escolhido, quer do contexto social.

5.6. *A Estrutura do Valor Patrimonial* tem uma existência independente de cada indivíduo isolado e de cada sociedade particular. Portanto, também de cada tempo histórico datado.” (Pedro MANUEL-CARDOSO, 2010, “*O Património perante o Desenvolvimento*”, Lisboa: ULHT, pp. 116-117).

[....]

Pedro Manuel-Cardoso